

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS  
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA  
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:  
Coreia do Sul**

**Sumário**

Introdução .....	2
1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica .....	3
2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos) .....	5
3. Tributos abrangidos pelo benefício .....	5
4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais .....	5
5. Conclusão .....	6
Referências consultadas .....	6

## Introdução

A Coreia do Sul encontra-se no grupo de países que adotam os regimes de drawback e assemelhados em relação às mercadorias, mas não aos serviços. O regime aduaneiro que atua na desoneração de insumos importados relevante para os fins deste memorando é o regime de restituição de tributos aduaneiros cobrados em matérias-primas para exportação.

Segundo o último *Trade Policy Review* da Organização Mundial do Comércio referente à Coreia do Sul, o principal componente de tributação indireta do país é o Imposto sobre Valor Agregado (doravante IVA).<sup>1</sup> Todavia, o *Trade Policy Review* afirma que a estrutura da tributação indireta é relativamente complexa e inclui um IVA de base ampla, impostos seletivos para consumo individual e outros tributos sobre bebidas, transações de propriedade (imposto do selo) e transações imobiliárias. Há ainda impostos sobre transportes (energia-meio ambiente), educação, e um imposto especial para o desenvolvimento rural. As exportações, de forma geral, são isentas dos tributos indiretos e têm alíquota de IVA zerada.<sup>2</sup>

No que se refere ao IVA, o montante pagável ou restituível é calculado pela dedução do imposto pago ou a pagar na entrada pelo contribuinte em relação aos bens e serviços supridos ao contribuinte, do imposto pago ou a pagar na saída, recebido ou a receber sobre bens e serviços fornecidos pelo contribuinte. A notificação dos saldos é feita a cada três meses e o eventual saldo em favor do contribuinte (caso típico dos grandes exportadores) é restituído geralmente em até 30 dias depois das notificações semestrais (ou seja, duas vezes ao ano).<sup>3</sup> No caso das exportações, porém, que são fornecimentos com alíquota zero, as restituições podem ser aceleradas e realizadas em até 15 dias depois das notificações semestrais.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> OMC, 2016:86.

<sup>2</sup> OMC, 2016:87.

<sup>3</sup> KPMG, Korea (Republic of) Indirect Tax Guide; PKF Sejong, Value-Added Tax (“VAT”) in Korea.

<sup>4</sup> PWC, A Guide to VAT//GST in Asia Pacific 2019, p. 211.

Embora a exportação de bens e serviços não seja sujeita ao IVA (alíquota zero), não foram encontradas evidências de exoneração deste imposto em operações relacionadas a exportações, seja de forma geral, seja no caso dos regimes aduaneiros, exceto no caso de serviços de transportes internacional. Por outro lado, a Coreia do Sul parece contar com muitos regimes setoriais e acordos de livre comércio que incluem bens e serviços. Essas políticas podem resultar na redução da importância relativa de regimes gerais de industrialização para exportação semelhantes ao drawback e processamento interno.

### **1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica**

A legislação básica que disciplina o regime de restituição de tributos aduaneiros cobrados em matérias-primas para exportação é a Lei sobre Casos Especiais de Restituição de Tributos Aduaneiros, etc. Cobrados sobre Matérias-Primas para Exportação (*Act on Special Cases Concerning the Refund of Customs Duties, etc. Levied on Raw Materials for Export*, doravante Lei de Restituição de Tributos Aduaneiros).

O regime restitui tributos aduaneiros referentes a importação de matérias-primas consideradas como materiais para exportação, desde que o montante requerido de matérias-primas<sup>5</sup> seja objetivamente calculável e que as matérias primas sejam física ou quimicamente combinadas com os bens exportados, ou gastas na produção dos bens exportados (são excluídos materiais gastos indiretamente para a produção dos bens exportados, tais como para a operação e manutenção de maquinário para produção, equipamentos etc.) (artigo 3(1)(a) e (b)). Além disso, são restituídos os tributos sobre materiais de embalagem dos bens exportados (artigo 3(1)(c)).

Caso matérias-primas produzidas domesticamente e importadas tenham a mesma qualidade e características e sejam usadas de forma intercambiável no processo

---

<sup>5</sup> Segundo a Lei de Restituição de Tributos Aduaneiros, artigo 2(4), “montante requerido” significa o montante de matérias-primas requeridas para produção dos bens de exportação (incluindo o processamento, montagem, reparação, reciclagem, ou remodelagem dos bens de exportação) incluindo o montante de perdas e desgastes normais do processo de produção.

produtivo dos bens exportados, ambas serão consideradas materiais para exportação (artigo 3(2)). Os tributos restituídos podem corresponder a exportações realizadas até dois anos após a importações das matérias-primas, prorrogáveis para até três anos em certos casos especificados (artigo 9(1)).<sup>6</sup> O pedido de restituição deve ser feito até dois anos após a exportação (artigo 14).

A solicitante da restituição deve documentar os montantes de matérias-primas utilizados para os bens exportados e calcular o montante da restituição correspondente (artigo 10(1)). A autoridade aduaneira pode determinar e publicar montantes padrão com base nos montantes médios para cada bem exportados e neste caso a solicitante poderá solicitar a aplicação de tal montante (artigo 10(2)). Quando dois os mais tipos de bens diferentes forem produzidos com a utilização de um tipo de matéria-prima para exportação, os tributos serão restituídos com base no preço dos bens produzidos (artigo 10(3)).

Caso seja provável que o montante da restituição seja muito maior ou menor do que o montante de tributos pagos no momento da importação, a autoridade aduaneira poderá reduzir o período máximo de restituição ou determinar a quantidade de matérias-primas para restituição baseado na quantidade de matérias-primas para exportação e a razão entre importações e exportações de cada empresa. As ocasiões que podem levar à aplicação dessa disposição são: (i) mudanças de alíquotas, (ii) mudanças no preço de importação, (iii) aplicação de alíquotas de tributos aduaneiros diferentes e (iv) utilização de matérias-primas domésticas e importadas para produção do bem exportado (artigo 10(4)).

A Lei de Restituição de Tributos permite às solicitantes submeter ao chefe do escritório aduaneiro um pedido para análise antecipada do cálculo do valor requerido, inclusive do método utilizado (artigo 10-2(1)). Em caso de discordância, a solicitante pode solicitar reanálise em até 30 dias (artigo 10-2(3)). O resultado da análise vincula a administração e é válido por um ano da data da notificação (artigo 10-2(5)).

---

<sup>6</sup> A Lei de Restituição de Tributos Aduaneiros prevê a possibilidade de restringir restituições para promover o uso de matérias-primas locais (artigo 17).

Além disso, caso seja considerado necessário simplificar o procedimento de restituição para bens exportados a partir de processos de produção, tal como no caso de dois ou mais produtos serem produzidos a partir das mesmas matérias-primas, ou no caso de bens exportados produzidos por pequenas e médias empresas, a Lei de Restituição de Tributos permite a determinação e publicação de uma tabela de montantes de restituição fixo para cada item dos bens exportados com base na média de restituições ou a média dos tributos pagos nas matérias-primas para exportação (artigo 13(1)). A tabela servirá para o cálculo das restituições correspondentes (artigo 10(2)) e pode ser solicitada por solicitantes elegíveis (artigo 10(3)). A aplicação do montante fixo de restituição, porém, pode ser suspensa, ou os montantes podem ser ajustados, caso o montante se torne maior ou menor em razão de mudanças na estrutura de exportação ou importação, tributos aduaneiros e taxas de câmbio.

## **2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)**

O regime de restituição de tributos aduaneiros opera sob a modalidade restituição, já que os tributos são normalmente coletados na importação (artigo 5(1) da Lei sobre Restituição de Tributos Aduaneiros). A restituição pode considerar valores eventualmente a compensar pelo contribuinte (artigo 16).

## **3. Tributos abrangidos pelo benefício**

Os tributos abrangidos pelo são a tarifa aduaneira, a sobre-tarifa aduaneira provisória, o imposto individual sobre consumo, o imposto sobre bebidas, o imposto de energia e meio-ambiente, o imposto especial sobre vilas agrícolas e pesqueiras e o imposto de educação (artigo 2(1) e (5) e artigo 3 da Lei sobre Restituição de Tributos Aduaneiros).

## **4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais**

Não foram encontradas informações sobre o percentual de exportações sul-coreanas amparadas pelo regime objeto deste memorando.

## 5. Conclusão

O regime coreano de restituição de tributos aduaneiros sobre matérias-primas para exportação não contempla serviços associados aos bens exportados. Por outro lado, cabe ressaltar que a tributação sobre o valor agregado correspondente a tais serviços, no caso de bens exportados, é restituída em intervalos no máximo semestrais. Além disso, de forma mais ampla, a Coreia do Sul possui muitos regimes setoriais específicos e acordos de livre-comércio. Estes fatores podem reduzir a importância relativa da incorporação de exonerações de tributos sobre serviços no âmbito do regime aduaneiro objeto do memorando.

## Referências consultadas

KPMG, Korea (Republic of) Indirect Tax Guide, 1 October 2019, disponível em <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2019/10/korea-republic-of-indirect-tax-guide.html>, acesso em 19 de junho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Republic of Korea, documento WT/TPR/S/246, 6 de setembro de 2016.

PKF Sejong, Value Added Tax ("VAT") in Korea, 30 de setembro de 2018, disponível em <https://www.pkf.com/korea/news/2018/value-added-tax-vat-in-korea/>, acesso em 19 de junho de 2020.

PWC, A Guide to VAT//GST in Asia Pacific 2019, Maio de 2019, disponível em <https://www.pwc.com/sg/en/tax/assets/vat-gst-guide-2019.pdf>.

REPÚBLICA DA COREIA, *Act on Special Cases Concerning the Refund of Customs Duties, etc. Levied on Raw Materials for Export*, última atualização em 31 de dezembro de 2018, texto em inglês disponível em [https://elaw.klri.re.kr/eng\\_mobile/viewer.do?hseq=49232&type=sogan&key=5](https://elaw.klri.re.kr/eng_mobile/viewer.do?hseq=49232&type=sogan&key=5), acesso em 19 de junho de 2020.